

EDITORIAL

Em seu quinquagésimo número, a Revista da Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais apresenta à Comunidade Acadêmica 13 artigos científicos inéditos, com qualidade reconhecida pelo método de avaliação por pares e sistema duplo-cego.

Em relação às produções nacionais, a Revista tem o prazer de apresentar uma edição 100% exógena: todos os autores e autoras que contribuíram com seus estudos são de fora do Estado de Minas Gerais. Compõe este número pesquisas desenvolvidas no Rio Grande do Norte, no Espírito Santo, no Distrito Federal, na Paraíba, em Pernambuco, no Pará, no Acre, no Paraná e no Rio Grande do Sul.

Em artigo escrito na língua inglesa e intitulado “*Women's political participation under the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985)*”, Amanda Oliveira de Sousa, Jahyra Helena Pequeno dos Santos, Rafael Lamera Giesta Cabral analisam as interseções entre lei, gênero e autoritarismo no tocante à participação política de mulheres brasileiras no período da Ditadura Militar. Por sua vez, Vitor Guidoni Nobre e Pablo Ornelas Rosa compartilham o trabalho “Da hostilidade ao extermínio”, cujo objeto são os linchamentos ocorridos entre os anos de 2010 e 2020 na região metropolitana da grande Vitória. Em mais um trabalho produzido em idioma estrangeiro, “*Les reines d'espoir et de dévotion*” os pesquisadores Bruno Marques, Grace Ladeira Garbaccio e Jefferson Carús Guedes propõe um estudo etnográfico sobre as limitações enfrentadas pelas mulheres no ambiente de trabalho. Também na temática de gênero e trabalho, na perspectiva da luta de movimentos sociais pelo direito à cidade, Ana Lia Vanderlei de Almeida e Maria Joaquina Cavalcanti contribuem com o artigo “Mulheres no Ocupe Estelita”. As autoras Eduarda Peixoto da Cunha França e Flávia Santiago, por sua vez, na pesquisa “processo coletivo, estrutural e dialógico”, analisam o papel do juiz-articulador na interação entre os partícipes na ação civil pública. A partir de casos julgados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, Aleph Hassan Costa Amin apresenta o estudo “Pressupostos Democráticos no Processo de Justiça de Transição”. No âmbito da tecnologia atrelada às ciências jurídicas, Joana D'arc Dias Martins escreve sobre o obscurantismo digital como obstáculo à democracia no artigo “Algoritmos e Inteligência Artificial”. A colaboração científica de Leonardo Alves dos Santos e Renata Queiroz Dutra se perfaz no estudo “Regulação do trabalho, neoliberalismo e pandemia”, com marcos teóricos da noção do neoliberalismo como racionalidade, construída por Pierre Dardot e Christian Laval, e o conceito de acumulação flexível, conforme estudo de David Harvey. No aspecto do direito privado, Ana Lúcia Barella e Sandro Mansur Gibran promovem, no artigo “Desconsideração da personalidade jurídica nas redes empresariais”, um diálogo entre referências bibliográficas, legislação e jurisprudência sobre o tema. Na produção “Decriptando a tripartição dos poderes”, os autores Ataliba Telles Carpes e Guilherme Wünsch propõe um giro hermenêutico em prol da efetivação do direito do trabalho contemporâneo. Finalmente, os Professores Lenio Luiz Streck e Luã Nogueira Jung apresentam, no artigo “Kelsen e a Metaética”, uma leitura acerca da tese da discricionariedade na obra de Hans Kelsen, indicando-se o pano de fundo filosófico de sua proposta.

Já naquilo que se refere às produções internacionais, a Revista fomenta a interlocução com as pesquisas jurídicas desenvolvidas no exterior, prestigiando as metas de internacionalização do Programa de

Pós-Graduação da PUC Minas. Integram esta edição trabalhos submetidos pelos Professores Doutores António Avelãs Nunes, Catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra, e Vincenzo Russo, da *Libera Università di Lingue e Comunicazione di Milano*. Em artigo intitulado “A Europa na encruzilhada”, Avelãs Nunes analisa, criticamente, a atual posição do continente europeu no cenário internacional e os desafios que sua fragilidade representam para todo o mundo. Por seu turno, Vincenzo Russo trabalha, no artigo “I rischi di una regolamentazione del fenomeno ‘fake news’”, exemplos europeus sobre fenômeno que, na época da pós-verdade, assola a sociedade: a disseminação de notícias falsas.

Os breves comentários aqui dedicados a cada um dos artigos que compõe o presente número não são, obviamente, suficientes para demonstrar a grandeza dos trabalhos ora apresentados. Destacam, entretanto, duas circunstâncias dignas de nota em relação às questões de gênero, em adequação à Linha Editorial do periódico: a paridade quantitativa entre autores e autoras e a publicização de trabalhos científicos voltados à temática. Certamente, a leitura cuidadosa dessas pesquisas tem muito a contribuir com a comunidade jurídica brasileira, fato que muito orgulha a toda a Comissão Editorial da Revista.

Além disso, muito nos honra a conclusão de mais uma edição, em especial diante dos desafios enfrentados no desenvolvimento da atividade editorial. Assim como todos os aspectos da vida humana, o processo de produção científica foi extremamente impactado pela pandemia Covid-19. No particular âmbito da editoração de periódicos, seus efeitos são percebidos e combatidos até hoje. A diminuição do fluxo de pareceres, por exemplo, tem sido um dos maiores obstáculos vivenciados pela Comissão Editorial que, nesta oportunidade, aproveita para encorajar leitores e leitoras, autores e autoras, a se juntarem ao nosso corpo de Pareceristas.

Desejamos a todos e todas uma excelente leitura, com as expectativas de que as contribuições científicas difundidas pela Revista da Faculdade Mineira de Direito sejam de grande valia.

Professora Doutora Flaviane de Magalhães Barros Bolzan de Moraes

Comissão Editorial da Revista da Faculdade Mineira de Direito

Professora Mestra Jamilla Monteiro Sarkis

Professora Mestra Yollanda Farnazes Soares Bolonezi

Editoras de Seção da Revista da Faculdade Mineira de Direito